



fase na área de saúde coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 20 set. 2010.

SESSIONS, G. Avaliação em HIV/AIDS: uma perspectiva internacional. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Rev. Bras de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 36 Set. dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 30 set. 2010.

UNIFOR (Universidade de Fortaleza). Mestrado em Saúde Coletiva. Disponível em: <<http://www.unifor.br>>. Acesso em 10 set. 2010.



AVALIAÇÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO CURRÍCULO E NAS PRÁTICAS CURRICULARES DOS CURSOS TECNOLÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

*Gilvan Dias de Lima Filho
Maria da Conceição Miranda Campêlo*

Introdução

O presente trabalho de caráter multidisciplinar tem como objetivo avaliar e analisar a(s) concepção(ões) de trabalho orientada(s) no processo de qualificação e formação de competências no currículo da educação profissional/tecnológica ministrada no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Fortaleza/Ceará.

Vale salientar que o interesse por estudar a temática do trabalho, qualificação e competência associado a avaliação do currículo e das práticas curriculares se constitui a partir da inquietação sobre as questões que perpassam o percurso da educação profissional no âmbito dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, observando a ênfase nos perfis exigidos pelo mercado de trabalho e a relevância desta agência de formação na geração de mão-de-obra qualificada.

Nesse sentido, no próprio documento de criação dos IFs no parágrafo segundo se encontra estabelecido o seguinte: “§ 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais”. (BRASIL, 2008, p.01)

Mediante esta afirmativa percebemos que a vida produtiva neste caso se encontra relacionada aos processos formativos de competências para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho contemporâneo que prevê um perfil de qualificação eficiente e eficaz a ser orientado nas práticas curriculares da educação profissional tecnológica.



Desta forma, avalia-se a tese de que a concepção de trabalho interpenetra os espaços do currículo, definindo as estratégias de formação de competências e perfis de qualificação para o qual se pretende formar os indivíduos dentro de determinado contexto social, político e econômico, o que não seria diferente se tratando de oferta de educação profissional e tecnológica baseada nos pressupostos da economia capitalista neoliberal.

Como problema elege-se duas questões que nortearão esse processo de investigação: Qual(is) a(s) concepção(ões) de trabalho orientada(s) no processo de qualificação e formação de competências no currículo da educação profissional/tecnológica ministrada no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Fortaleza/Ceará? Que estratégias de formação de competências e de qualificação se encontram expressas no currículo da educação profissional tecnológica do IF/CE?

Trabalho e currículo: concepção e reflexões históricas

Inicialmente, ao ter como foco o debate sobre a categoria “trabalho” verifica-se a existência de dois fatores originários da produção, os quais seriam o homem e a natureza, uma vez que, todos os bens tangíveis e intangíveis utilizados ou gerados pelo homem, na produção ou para fabricação provêm do meio físico e/ou de processos produtivos anteriores.

Contudo, por mais abundantes que sejam os recursos ou as riquezas naturais colocadas à disposição dos indivíduos, eles de nada valerão, se o mesmo coletivo não estiver tecnicamente apto para o seu aproveitamento, conseqüentemente, isso perpassa a amplitude do trabalho, o seu nível de qualificação e sua formação de competência, conceitos correlacionados a educação disponibilizada e aplicada pela sociedade para o seu “benefício”.

A concepção de trabalho aqui defendida compreende os fatores ativo e dinâmico do processo produtivo, representando os serviços humanos que transformam os bens ou recursos natu-



rais em riquezas econômicas, gerando-lhes e aumentando-lhes a utilidade e o valor. Portanto confirma-se a concepção de trabalho apresentada por Marx (1988, p.142) que reflete

[...] Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Desta forma, para que um determinado esforço seja de fato produtivo no seu resultado final, ele depende não apenas dos elementos naturais como dos instrumentos de produção e da capacidade e disposição para o trabalho do respectivo sujeito, nesse sentido se configura como princípio educativo.

É a partir da Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, originariamente na Inglaterra que profundas modificações nos métodos de produção e na qualificação dos trabalhadores foram determinadas como conseqüência das mudanças mecânicas e organizacionais, como a acentuação da divisão do trabalho.

A organização científica do trabalho, com base na divisão do trabalho, adota processos e técnicas fundamentais, como as regras de orientação profissional de conformidade como a vocação do trabalhador e aquelas relativas à seleção para o trabalho. Tudo por meio de exames prévios que se iniciam no do próprio processo educacional e prosseguem na empresa.

Sendo assim, se faz necessário observar que nesta perspectiva de formação dos trabalhadores em que se exige maior apti-



dão dos indivíduos para sua conseqüente inserção no mundo do trabalho, esta concepção manifesta-se no próprio currículo oficial da escola, carregado de elementos da teoria tradicional do currículo, tendo como foco a formação do trabalhador especializado.

De acordo com Silva (2003, p.23) a teoria tradicional do currículo através de seu representante Bobbit (2004) apresenta uma proposta de formação em que a escola desempenha um papel de empresa comercial ou industrial, garantindo desta forma, a disseminação da ideologia dominante, pensando o currículo através das lentes da teoria da administração econômica de Taylor, incorporando o princípio da eficiência.

Para a teoria crítica do currículo, a qual está ancorada em elementos centrais do marxismo, o currículo ocupa lugar central no campo educacional, de forma a relacioná-lo com as diversas estruturas que compõem a sociedade sejam elas: cultural, social, política com vistas a politizar e contextualizar as práticas curriculares no cotidiano escolar e da vida em geral.

Porém, Silva (2003, p. 33) nos alerta que a escola ainda se mostra reprodutora de um sistema dominante quando realiza práticas curriculares e educativas diferenciadas para atender a grupos sociais específicos, preparando-os para assumir papéis de subordinação e de comando respectivamente, ou seja,

A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores da escala ocupacional tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia.



O que podemos perceber a partir do exposto por Silva (2003) é que no contexto de formação dos trabalhadores, o currículo acaba sendo orientado para criar estratégias pedagógicas que visam atender as camadas populares e de outro lado, as elites e para cada um destes, uma forma de educar e de qualificar será inventada ou (re) inventada para atender ao padrão de acumulação capitalista.

Sobre as transformações no mundo do trabalho e os reflexos destas no campo das políticas curriculares buscando estabelecer fortemente uma política centrada na formação de competências, Moura (2006, p.28) nos chama a atenção para observar que

A partir da década de noventa, as mudanças processadas no padrão de acumulação capitalista impuseram ao Estado a necessidade de implantação de reformas pedagógicas, através de projetos financiados pelo Banco Mundial, para formar novo consenso e manter as relações de poder inalteradas. As políticas curriculares traduzidas em diretrizes, fundamentadas em competências, destinam-se a orientar todos os níveis e processos de educação [...]. A nova racionalidade do mundo empresarial conduz também, os processos de (des)centralização educacional e estabelece a nova dinâmica da modernização pedagógica.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em *Jontien*, na Tailândia, no ano de 1990, que contou com o apoio de patrocinadores e financiadores, como UNESCO, UNICEF, PNUD e BID, representaram um marco referencial na história da educação mundial e nesta ocasião foi definida a agenda educacional brasileira, sobretudo, no tocante aos processos de formação e qualificação profissionais.

Nessa Conferência, as discussões tiveram como foco o ideal de educação cidadã, uma vez que inúmeros problemas



educacionais se apresentavam e se fazia necessário erradicá-los. Dentre eles, destacamos: milhões de crianças, jovens e adultos analfabetos, em sua maioria meninas e mulheres; o analfabetismo funcional, que prejudicava a expansão do capitalismo em países industrializados ou em desenvolvimento e a falta de acesso ao conhecimento impresso e tecnológico para os adultos.

Tal situação vai repercutir na estruturação do currículo favorecendo as desregulações nas políticas e práticas curriculares do conhecimento oficial, as quais são provocadas em sua maioria pelos interesses políticos eleitorais que irão influenciar as reformas educativas, sobretudo, na instituição de um perfil de formação a ser implementado nos currículos escolares, sobretudo, no currículo da educação profissional/tecnológica, uma vez que

A necessidade de adequar a formação profissional à demanda da produção e a educação aos reduzidos investimentos do Estado mínimo, o governo desenvolve políticas de separação entre formação acadêmica e formação profissional e aumenta a pressão sobre as escolas e os(as) seus(as) professores(as), acusando-os(as) de não desenvolverem as competências necessárias à inserção dos trabalhadores na sociedade do conhecimento. A nova política coloca as escolas e os consumidores da educação na competitividade do mercado. Seguindo esta lógica, a competitividade para as escolas, concorre para a melhoria do perfil, da sua organização e, conseqüentemente, para a oferta de serviços de qualidade, balizados através de currículo nacional e de avaliação. Para os consumidores, a competitividade facilita a escolha de melhores cursos e o desenvolvimento de competências mais adaptáveis às demandas do mercado. (MOURA, 2006, p.31)



Diante do quadro que foi delineado na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), encontramos a discussão e implementação de uma proposta de educação constituída sob as bases da oferta de formação e de busca por resultados atrelados, especificamente, à escolarização e/ou diplomação. Não podemos esquecer que uma proposta de educação para todos deve estar centrada no ideal de uma educação para a cidadania e para o trabalho que venha gerar qualidade de vida, observando que

[...] a educação, a escola e os currículos devem repensar a grande responsabilidade que têm no processo de formação do(a) cidadão(ã) brasileiro(a). Pois a grande arma que a sociedade brasileira tem nas mãos para combater a corrupção, a concentração da renda e o descaso da classe política é assumir uma postura de vigilância e enfrentamento coletivo contra toda e qualquer atitude de desrespeito à dignidade, à ética e à moral da nação brasileira, em todos os espaços educativos, em particular, na escola quando do desenvolvimento das práticas curriculares. (PEREIRA, 2006, p.22)

Nesse sentido, as instituições educativas, sejam elas, as escolas (ensino fundamental e médio), institutos federais de educação tecnológicas e universidades necessitam através de suas práticas curriculares definirem estratégias de formação que contemplem o desenvolvimento integral de seus educandos pensando os contextos de cidadania e de preparação para o mundo do trabalho respectivamente.

Metodologia

O objeto de pesquisa se caracterizará pelo esforço de construir uma análise baseada no método do materialismo histórico dialético que segundo Engels (1976, p.21) *apud* Musse



(2005, p.08) investiga os processos, a origem e o desenvolvimento das coisas e as insere em uma trama infinita de concatenações e de mútuas influências, em que nada permanece como era nem como existia.

Em virtude da natureza deste estudo optamos em realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual de acordo com Taylor & Bogdan (1987, p.21), oferece um sentido amplo da investigação, “considerando as pessoas e experimentando o que elas sentem em suas lutas cotidianas na sociedade”.

Para orientar nossa reflexão no plano empírico, da problemática em questão, utilizaremos as obras de Taylor e Bogdan (1987) no que se refere ao método qualitativo de investigação, Minayo (1994, p.21), considera que a pesquisa qualitativa “se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Salientamos que os dados quantitativos não serão considerados, pois poderão nos ajudar a verificar uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva no cotidiano.

O trabalho investigativo será desenvolvido em três momentos distintos, porém complementares: no primeiro será realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a fundamentação teórico-metodológica em torno da construção dos chamados “eixos básicos” da investigação; no segundo momento, será realizada uma pesquisa documental sobre as diretrizes curriculares que norteiam a educação profissional e tecnológica, especificamente os documentos que norteiam as práticas curriculares do Instituto Federal de Educação Tecnológica. Por fim, será realizada a pesquisa de campo, momento em que aplicaremos o questionário com alunos dos diversos cursos do IF/CE e entrevista com professores da referida instituição



com a finalidade de conhecer e analisar as concepções de trabalho construídas com base no currículo e práticas desenvolvidas no espaço da educação profissional em nível de ensino superior.

A amostragem será colhida no Instituto Federal de Educação Tecnológica do Estado do Ceará, especificamente, na cidade de Fortaleza, importante pólo de formação e com grande demanda por profissionais capacitados pela educação profissional e tecnológica.

Conclusões parciais

Qualificação profissional consiste na preparação do indivíduo também para a cidadania através de uma formação profissional para que este possa aprimorar suas habilidades e exercer sua função regularmente. Dentro desse contexto já foi possível contatar que IF/CE ao elaborar as matrizes curriculares de seus cursos tecnológicos ofertados, pautou-se pelas premissas da integração das diferentes formas de educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia; a equivalente organização por áreas profissionais, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais e adotando como base o estudo do perfil profissional e dos conhecimentos necessários ao exercício da profissão; a institucionalização de mecanismos que envolvem professores, especialistas, trabalhadores e empresários na avaliação do perfil profissional e da matriz curricular de cada curso, quando da elaboração e re-elaboração do currículo; e a construção do conhecimento a partir da adoção de estratégias de aprendizagem voltada ao mundo do trabalho e a vida pessoal tanto incluso no currículo explícito como no currículo oculto.

Referências

BOBBIT, John Franklin. (2004). *O currículo*. Porto: Didáctica Editora, 2004. 268p.



BOGDAN, Sj. TAYLOR, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigaciones**. Nueva York, 1984, 1987 ediciones en Castellano.

BRASIL - Lei Nº 9.394, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

_____. - Lei Nº 11.892, de 29/12/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Clássicos)

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1994.

MOURA, Arlete Pereira. Desregulagens nas Políticas do Conhecimento Oficial. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. MOURA, Arlete Pereira (Orgs). **Políticas educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Globalização e Políticas Educacionais: (re)significando o currículo. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa, MOURA, Arlete Pereira (Orgs). **Políticas educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WCEFA - **Declaração mundial sobre a educação para todos**. Brasília: UNICEF, Abril/1990a, p. 1-9.

AVALIANDO O ATO DE PLANEJAR DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DE TRÊS UNIDADES ESCOLARES PÚBLICAS

Carlos Alberto Pereira de Abreu

Esta pesquisa aborda a avaliação do planejamento na escola pública estadual. Trata-se de um estudo motivado pelos problemas apresentados no ato de planejar dos professores e pelos seus respectivos coordenadores pedagógicos. A convivência com o setor escolar, na função de coordenador pedagógico nos fez decidir pela realização dessa investigação, pois, nesse contexto, quando se fala em planejamento escolar, logo surge a idéia de preenchimento de formulários: algo burocrático, trabalhoso, com prazos de entrega. Nas escolas, o momento do planejamento, muitas vezes ainda é entendido e vivenciado dessa forma.

Existem escolas que fazem um único planejamento para todas as turmas da mesma série. Nesses casos, não há preocupação em conhecer a realidade que se vai encontrar, nem saber quais as dificuldades dos alunos e das alunas. Há também aqueles planejamentos que são meras repetições dos anos anteriores. Assim, por entendermos que planejamento supera esses conceitos e práticas citados, e por concordarmos com Carneiro (2005) que o concebe como algo vivo e significativo, um olhar para frente, justificamos a nossa decisão temática.

Planejar é refletir, é voltar atrás, observar o que já foi feito, o que existe e o que planejar a partir da realidade encontrada; é tomar uma posição diante desta para transformá-la. Assim sendo, o planejamento é um ato político, busca de cidadania, de autonomia, ao decidir o que se quer e como conseguir. Dessa forma, é nossa intenção compreender essa prática escolar, buscando o entendimento de sua realização, como também a reflexão sobre os significados atribuídos pelos professores e coordenadores pedagógicos das escolas, o que justifica